**A COLÔNIA ANTÔNIO ALEIXO E O COMBATE À *LEPRA* NO AMAZONAS: HIGIENISMO, DESINTEGRAÇÃO FAMILIAR E EDUCAÇÃO PARA OS EXCLUÍDOS**

Idelvani da Conceição Bezerra Thiago[[1]](#footnote-1)

Maria Nilvane Fernandes[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** vani.ufam@gmail.com

**GT 1:** Educação, Estado e Sociedade na Amazônia

**Financiamento:** FAPEAM; UFAM; CNPq

**Resumo**: O presente artigo alude ao projeto de mestrado submetido e aprovado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas. A investigação questiona: como o projeto de modernização do Brasil em meados do século XX orientou o isolamento compulsório das pessoas que passaram pela institucionalização na Colônia Antônio Aleixo em decorrência da *lepra*? E tem como objetivo geral evidenciar as histórias das pessoas atingidas pela *lepra*, que foram isoladas compulsoriamente em meados do século XX, durante a Era Vargas, como medida sanitária de combate à doença no Estado. Visando aprofundar conhecimento acerca dos vieses que impulsionaram a criação de políticas que legitimaram o processo segregacionista e as instituições que cumpriram o papel de manter os doentes afastados dos meios urbanos e do convívio social e familiar, o estudo é orientado pelo Materialismo Histórico-Dialético como método de investigação e análise dos dados. Preliminarmente, a pesquisa em curso evidencia que a atuação do Estado a partir da lógica capitalista, lançou mão do aparelho estatal da saúde pública, frente a institucionalização das pessoas com *lepra,* consideradas perigosas ao processo de modernização do Brasil no século XX.

**Palavras-chave**: Lepra; Colônia Antônio Aleixo; Higienismo; Desintegração Familiar; Educação.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta um breve panorama dos resultados preliminares corresponde ao projeto de pesquisa aprovado pelo Edital n.º 023/2022-PROPESP/UFAM para cursar Mestrado em Educação no período referente à set/2022-set/2024, o qual segue em fase de andamento.

 A pesquisa em curso surgiu primeiramente de desdobramentos pessoais da pesquisadora, a qual é moradora do bairro Colônia Antônio Aleixo, anteriormente, um Hospital-Colônia que compôs o tripé de combate à *lepra* durante os anos de 1942 a 1978 (GOMES, 2020).

A partir das relações sociais que a pesquisadora vivencia neste local desde a década de 1990, surgiram indagações sobre a vida das pessoas que foram isoladas neste espaço geográfico, algumas ainda vivas, de quem podemos ouvir suas histórias, outras, que já levaram consigo suas memórias. Diante desse fato de vida e morte, as inquietações ficaram ainda mais gritantes: *alguém já registrou as memórias dessas pessoas? Quais eram os procedimentos usados para efetivar o isolamento? Como se desenvolvia as relações sociais? Onde estão as produções sobre a história da lepra/hanseníase no Amazonas, produzidas pelos amazonenses?* Ante essas indagações, surgiu o projeto de pesquisa apresentado neste artigo, afinal, “[...] toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda criação de novos referenciais” (MINAYO, 2016, p. 16).

Pensando na citação acima, ressaltamos a relevância acadêmica desta pesquisa, por ser a possibilidade de um novo referencial nos estudos sobre as políticas de combate à *lepra* no Amazonas e as marcas deixadas no processo da institucionalização das pessoas atingidas pela doença. Destarte, traçamos os objetivos específicos: a) desvelar os discursos que foram decisivos para a proposta do isolamento compulsório, colocada em prática por meio das políticas de combate à lepra no Amazonas; b) verificar a relação das políticas sanitárias e das instituições que compuseram o chamado tripé de combate à lepra no Amazonas com as políticas nacionais e a sua efetivação no âmbito regional; e c) identificar as marcas deixadas pelo isolamento compulsório na vida das pessoas atingidas pela doença, utilizando a técnica de entrevista semiestruturada para o registro das memórias de seus depoentes, no intuito de atendermos ao objetivo geral que é: evidenciar as histórias das pessoas atingidas pela *lepra*, que foram isoladas compulsoriamente em meados do século XX, durante a Era Vargas, como medida sanitária de combate à doença no Estado.

**METODOLOGIA**

A fim de obtermos resposta ao problema desta pesquisa: *como o projeto de modernização do Brasil em meados do século XX orientou o isolamento compulsório das pessoas que passaram pela institucionalização na Colônia Antônio Aleixo em decorrência da lepra?*, alinhamo-nos epistemologicamente ao Materialismo Histórico-Dialético, pois nos possibilita investigar a realidade pondo em conta suas constantes transformações e contradições na sociedade, além de lançar as bases para a compreensão dos processos sociais que ocorreram ao longo de sua história, comparando as contradições e analisando a totalidade para além do fenômeno da doença e das marcas deixadas por ela, bem como os movimentos intrínsecos à amplitude de temas que orbitam o objeto pesquisado. O delineamento deste estudo é característico de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As análises dos dados levantados seguem sendo realizadas mediantes os escritos de Marx e Engels (2007), Marx (2013) e Engels (2015) acerca das categorias e conceitos de Estado, trabalho, luta de classes, totalidade e contradição.

**DISCUSSÃO: CONHECENDO O OBJETO**

A *lepra,* hoje chamada de hanseníase[[3]](#footnote-3), é uma doença que cruza os milênios, com referências inclusive nos escritos bíblicos, sobre o diagnóstico da doença, processo de isolamento do doente fora da comunidade e a reintegração deste quando estivesse curado. Destaca-se nesses escritos, que as doenças de pele eram previamente caracterizadas como *lepra,* e o diagnóstico final estava à cargo do sacerdote. “2 O homem, quando na pele da sua carne houver inchação, ou pústula, ou mancha branca, que estiver na pele de sua carne como praga de lepra, então, será levado a Arão, o sacerdote, ou a um de seus filhos, os sacerdotes” (BÍBLIA, Velho Testamento, Levítico, cap. 13, vers. 2).

Posteriormente, no período Medieval, a doença ganhou conotação de *pecado divino*, ou seja, o contágio da doença era atribuído como um castigo por algum pecado cometido pelo indivíduo (CABRAL, 2010). A doença recebeu várias nomenclaturas (*lepra, mal de Lázaro, morfeia)* e se apresentou nos distintos lugares e épocas com diferentes sintomas e foi propagada para as Américas, provavelmente em virtude das colonizações. Algumas suposições sobre a entrada da doença no Brasil e seu avanço endêmico pelos estados são pontuados por Ribeiro (2011).

A partir do século XX, a doença passou a fazer parte da agenda política do governo Vargas, pois ela ia em direção oposta aos ideais de modernidade almejados para o país. Fazendo-se necessário criar a “[...] Inspetoria de Profilaxia da Lepra e Doenças Venéreas (IPLDV) no ano de 1920. Era este serviço o responsável por combater a lepra [...] (mediante acordo com a União) do país (CABRAL, 2010, p. 54).

Esta breve contextualização começa a nos direcionar para um prognóstico das ações que seriam implementadas a partir dos anos de 1920, com a criação do Serviço de Profilaxia Rural no Amazonas, órgão ligado ao Departamento Nacional de Saúde Pública, que se empenhou na luta pela construção da *leprosaria[[4]](#footnote-4)* na cidade de Manaus (CABRAL, 2010).

Através da análise das políticas públicas da saúde, em especial as destinadas a *lepra/*hanseníase, Figueiredo (2006), afirma que o estigma relacionado à doença foi acentuado no Brasil em virtude das políticas oficiais que ampliaram legalmente a prática do isolamento em favor da preservação e segurança dos sãos, justificando por meio destas, a quebra de laços afetivos, profissionais e sociais. Utilizando-se de uma metáfora, o pesquisador concluiu que “[...] foi imposta uma morte ao doente: morte se não física, social, com a quebra dos laços que uniam o mundo exterior aos leprosários” (FIGUEIREDO, 2006, p. 24).

Este mesmo autor elaborou um panorama histórico a despeito da substituição das nomenclaturas de diversas doenças que carregavam um cunho depreciativo ao doente, e destacou as várias sugestões para a troca da terminologia *lepra* por outra mais aceitável e que causasse menos impacto estigmatizante. Muitos foram os debates, de pessoas contrarias e a favor, cada uma defendendo suas teses. Havia àqueles que consideravam que a troca da terminologia ajudaria no desaparecimento dos estigmas sofridos pelos doentes e suas famílias, e por outro lado, havia os que acreditavam que seria prejudicial pois iria estimular a omissão dos contaminados, e poderia prejudicar economicamente as instituições filantrópicas, afinal, a nomenclatura *lepra* desperta uma certa comoção em virtude dos corpos estereotipados.

**CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

O artigo buscou tornar conhecido o objeto e temática da pesquisa de mestrado supramencionada nas linhas deste texto, no qual expusemos seu objetivo, problema, método e categorias de análise dos dados, bem como apresentamos sucintamente a gênese histórica do processo isolacionista da doença. Outrora, a aparência do objeto era o que ressaltava aos olhos da pesquisadora, uma vez que ela está inserida social e geograficamente neste espaço, todavia, a pesquisa em curso tem possibilitado o conhecimento de nuances mais profundas que revelam a atuação do Estado a partir da lógica capitalista, lançou mão do aparelho estatal da saúde pública, frente a institucionalização das pessoas com *lepra,* consideradas perigosas ao processo de modernização do Brasil no século XX.

**REFERÊNCIAS**

BÍBLIA. **A Bíblia Sagrada:** contendo o Velho e o Novo Testamento [Revista e Corrigida]. Tradução. João Ferreira de Almeida. Várzea Paulista: Casa Publicadora Paulista, 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995.** Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9010.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.010%2C%20DE%2029,hansen%C3%ADase%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias>. Acesso em: 06 jul. 2023. (1995).

CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário:** políticas de combate a lepra em Manaus (1921-1942). 2010, 201 p. (Mestrado, História). Manaus: UFAM, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado:** em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. Trad. Nélio Schneider. [1884]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

FIGUEIREDO, Ivan Abreu. **O plano de eliminação da hanseníase no Brasil em questão:** o entrecruzamento de diferentes olhares na análise da política pública. 2006, 209 p. (Doutorado, Políticas Públicas). São Luís: UFMA, 2006.

GOMES, Salatiel da Rocha. **Memórias de Outsiders na figuração da hanseníase:** do isolamento compulsório às experiências de escolarização. 2020, 251 p. (Doutorado, Sociedade e Cultura na Amazônia). Manaus: UFAM, 2020.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. [1867]. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza. **De leprosário à bairro:** reprodução social em espaços de segregação na Colônia Antônio Aleixo (Manaus/Am). 2011, 283 p. (Doutorado, Geografia Humana). São Paulo: USP, 2011.

1. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi/CNPq). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amazonas (FAPEAM) pelo Edital Resolução n° 002/2023 Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu – POSGRAD. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Permanente do PPGE/UFAM. Doutorado Sanduíche no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa/Portugal (2017). Líder do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Políticas, Educação, Violências e Instituições (GEPPEvi). Bolsista do CNPq Edital n.º 026/2021 para cursar pós-doutoramento na Texas Tech University – TTU - período 2022 a 2024. [↑](#footnote-ref-2)
3. O primeiro passo na mudança de nomenclatura se deu a partir do Decreto nº 165, de 14 de maio de 1976, mas apenas duas décadas depois com a Lei n.º 9.010, de 29 de março de 1995 realizou o segundo passo e dispôs sobre a alteração da terminologia oficial relativa à hanseníase. O artigo 1.º da Lei estabeleceu que: “O termo ‘Lepra’ e seus derivados não poderão ser utilizados na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membros” (BRASIL, 1995, art. 1.º). [↑](#footnote-ref-3)
4. A *leprosaria* compõe o modelo tripé de combate à *lepra*, juntamente com os dispensários e preventórios, onde cada instituição desempenhava uma função distinta da outra. Temos assim, *leprosários:* locais onde as pessoas diagnosticadas positivamente com a doença eram isoladas compulsoriamente; *dispensários:* órgão responsável pelo monitoramento dos doentes de *lepra*; e os *preventórios:* instituições para onde eram mandados os filhos sadios dos pais doentes, que em termos diretos, também eram isolamentos. [↑](#footnote-ref-4)